

CLASSIFICACAO		RUBRICAS	EM CONTOS		REFERENCIA
ORGANICA	*ECONOMICA*		REFORÇOS OU INSCRICOES	ANULACOES	A AUTORIZAC. MINIS- TERIAL
*CP*DI*SD*	*FUNC.* CODIGO *A*				
03	03	98	DESPESAS C/COMP. RECEITA - SEM TRANSICAO DE SALDOS		
	01.00.00	DESPESAS COM O PESSOAL			
	01.02.00	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS			
1.01.0	01.02.02	HORAS EXTRAORDINARIAS			
1.01.0	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO	-		900
1.01.0	01.02.05	OUTROS ABONOS EM NUMERARIO OU ESPECIE	-		1 500
	02.00.00	AQUISICAO DE BENS E SERVICOS CORRENTES	4 144	-	
	02.02.00	BENS NAO DURADOUROS			
1.01.0	02.02.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES			
1.01.0	02.02.05	ROUPAS E CALÇADO	-		400
1.01.0	02.02.06	CONSUMOS DE SECRETARIA	-		100
	02.03.00	AQUISICAO DE SERVICOS			200
1.01.0	02.03.07	TRANSPORTES			
1.01.0	02.03.09	SEGUROS	-		1 000
04		DEPARTAMENTO CENTRAL DE PLANEAMENTO			44
01		SERVICOS PROPRIOS			
	01.00.00	DESPESAS COM O PESSOAL			
	01.01.00	REMUNERACOES CERTAS E PERMANENTES			
1.01.0	01.01.05	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTACAO			
1.01.0	01.01.06	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUACAO	2 320	-	2 320
		TOTAL DO CAPITULO 03	12 004		12 004
04		SERVICOS DA AREA DO ORDENAMENTO DO TERRITORIO			
01		DIRECCAO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITORIO			
01		SERVICOS PROPRIOS			
	01.00.00	DESPESAS COM O PESSOAL			
	01.01.00	REMUNERACOES CERTAS E PERMANENTES			
6.03.0	01.01.05	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTACAO			
6.03.0	01.01.10	SUBSIDIO DE REFEICAO	350	-	350
03		CENTRO NACIONAL DE INFORMACAO GEOGRAFICA			
01		SERVICOS PROPRIOS			
	01.00.00	DESPESAS COM O PESSOAL			
	01.01.00	REMUNERACOES CERTAS E PERMANENTES			
8.01.0	01.01.02	PESSOAL ALEM DOS QUADROS			
8.01.0	01.01.06	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUACAO	3 240	-	3 240
	01.03.00	SEGURANCA SOCIAL			
8.01.0	01.03.03	PRESTACOES COMPLEMENTARES			
8.01.0	01.03.04	CONTRIBUICOES PARA A SEGURANCA SOCIAL	50	-	50
		TOTAL DO CAPITULO 04	3 640		3 640
		TOTAL DO MINISTERIO	127 840		127 840

Nos originais dos processos relativos às alterações orçamentais incluídas na presente declaração constam os despachos ministeriais para a sua materialização.

7.^a Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 24 de Setembro de 1993. — O Director, *Manuel Gonçalves*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Decreto Reglamentar n.º 41/93

de 26 de Novembro

Pelo Decreto-Lei n.º 102/93, de 2 de Abril, foi aprovada a nova lei orgânica do Instituto da Vinha e do Vinho (IVV), consagrando-se uma maior descentrali-

zação na gestão do sector, com reforço das atribuições das comissões vitivinícolas regionais, sem prejuízo das funções nucleares de orientação e coordenação da política vitivinícola e de garante do cumprimento dos respectivos normativos nacionais e comunitários, que ficam cometidos ao IVV.

No desenvolvimento daquele diploma legal impõe-se, agora, definir as atribuições e a organização dos serviços do IVV, na perspectiva modernizadora decorrente

do novo contexto da plena integração do sector na política agrícola comum e da prioridade da melhoria da sua competitividade perante o exterior.

Assim:

Ao abrigo do disposto no artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 102/93, de 2 de Abril, e nos termos da alínea c) do artigo 202.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Serviços

Artigo 1.º Para a prossecução das atribuições e competências que lhe foram determinadas dispõe o Instituto da Vinha e do Vinho (IVV) dos seguintes serviços:

- a) Direcção de Serviços de Administração;
- b) Direcção de Serviços de Promoção e Apoio ao Sector;
- c) Direcção de Serviços Vitivinícolas e Controlo de Qualidade;
- d) Direcção de Serviços dos Assuntos Comunitários;
- e) Divisão Jurídica e de Contencioso;
- f) Divisão de Inspecção e Controlos.

Art. 2.º — 1 — A Direcção de Serviços de Administração visa promover e assegurar a administração dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais e garantir a operacionalidade e coordenação dos meios informáticos de apoio às actividades dos órgãos e serviços do IVV.

2 — A Direcção de Serviços de Administração compreende as seguintes unidades orgânicas:

- a) Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial;
- b) Repartição de Contabilidade e Execução Financeira;
- c) Repartição Administrativa.

3 — À Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial compete:

- a) Estudar, propor e aplicar sistemas optimizados de gestão dos fluxos financeiros do IVV e comunitários;
- b) Centralizar os elementos necessários à preparação e elaboração do plano de actividades, orçamento de tesouraria, demonstração de resultados e balanço previsional;
- c) Preparar e remeter às entidades competentes os elementos relacionados com as receitas e as despesas;
- d) Proceder às alterações do plano de contas e respectivas actualizações no sentido de adequá-lo às necessidades de informação para a gestão e às exigências nacionais e comunitárias;
- e) Elaborar o orçamento e respectivas alterações, a conta de gerência, balanço e demonstração de resultados, bem como as demais peças contabilísticas relativas à actividade económica e financeira do IVV;
- f) Assegurar a conservação e segurança dos bens, equipamentos e instalações do IVV.

4 — A Repartição de Contabilidade e Execução Financeira exerce as suas competências no âmbito con-

tabilístico e da administração financeira e patrimonial e compreende as seguintes secções:

- a) Secção de Contabilidade;
- b) Secção de Orçamento e Conta;
- c) Secção de Património e Aprovisionamento;
- d) Secção de Receita.

5 — À Secção de Contabilidade compete:

- a) Executar, controlar e manter os registos contabilísticos de acordo com o plano de contas estabelecido;
- b) Controlar o movimento da tesouraria, efectuando mensalmente o seu balanço;
- c) Colaborar com a Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial na elaboração da conta de gerência e demais peças contabilísticas, bem como manter organizado o arquivo das gerências findas.

6 — À Secção de Orçamento e Conta compete:

- a) Acompanhar e controlar a execução orçamental das receitas e despesas do IVV e das ajudas comunitárias, de acordo com a respectiva regulamentação;
- b) Colaborar com a Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial na elaboração do orçamento, conta de gerência e outros elementos contabilísticos nacionais ou comunitários.

7 — À Secção de Património e Aprovisionamento compete:

- a) Organizar e manter actualizado o inventário dos bens móveis e imóveis do IVV, bem como assegurar a gestão da frota automóvel;
- b) Assegurar o apetrechamento em mobiliário e equipamento, promover as demais aquisições necessárias ao funcionamento dos serviços e proceder à sua armazenagem, conservação e distribuição.

8 — À Secção de Receita compete:

- a) Desenvolver as acções necessárias ao apuramento das importâncias relativas às taxas em vigor e às restantes receitas, bem como promover a sua liquidação, cobrança e respectivo controlo;
- b) Assegurar e controlar o fornecimento de selos aos agentes económicos e responder pelas respectivas existências;
- c) Elaborar as certidões de dívida necessárias ao processo de execução fiscal.

9 — Adstrita à Repartição de Contabilidade e Execução Financeira funciona uma tesouraria, à qual compete arrecadar todas as receitas do IVV, efectuar o pagamento das despesas autorizadas e manter devidamente escriturados os livros de tesouraria.

10 — A Repartição Administrativa exerce as suas competências no âmbito da administração dos recursos humanos e das actividades relativas ao expediente e arquivo geral e compreende as seguintes secções:

- a) Secção de Recursos Humanos;
- b) Secção de Expediente e Arquivo.

11 — À Secção de Recursos Humanos compete:

- a) Organizar e manter actualizado o ficheiro do pessoal do IVV, o registo e controlo da assiduidade, bem como emitir certidões, cartões de identificação e outros documentos, constantes dos processos individuais;
- b) Assegurar a preparação e execução das acções relativas à constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego;
- c) Assegurar a análise e processamento dos vencimentos e demais abonos relativos ao pessoal, proceder aos descontos que sobre eles incidem, bem como elaborar os documentos que lhe sirvam de suporte;
- d) Assegurar a execução das acções relativas à notação do pessoal, à elaboração das listas de antiguidade e o expediente relacionado com os benefícios sociais a que os funcionários tenham direito;
- e) Gerir os fundos sociais criados no organismo e superintender no pessoal auxiliar.

12 — À Secção de Expediente e Arquivo compete:

- a) Executar as tarefas inerentes à recepção, classificação, distribuição e arquivo de todo o expediente do IVV, bem como garantir a divulgação pelos serviços das normas internas e directivas superiores de carácter geral;
- b) Gerir a oficina gráfica e o equipamento de reprografia.

13 — Junto da Direcção de Serviços de Administração funciona o Centro de Informática, ao qual compete:

- a) Assegurar a gestão dos equipamentos, o desenvolvimento das aplicações e o tratamento automático da informação no âmbito do IVV;
- b) Promover a definição, concepção e estudos de aplicações informáticas de interesse para as actividades do IVV e proceder ao levantamento de sistemas e à determinação dos volumes de informação a tratar, com vista à informatização dos serviços;
- c) Coordenar os trabalhos de estudo e de análise lógica e funcional das aplicações informáticas e implementar e assegurar o controlo de qualidade da informação e dos resultados;
- d) Participar na elaboração de cadernos de encargos, selecção, aquisição, contratação e instalação de equipamentos de informática e suportes lógicos, bem como realizar o estudo das respectivas características técnicas.

14 — O Centro de Informática é coordenado por um funcionário, pertencente a uma das carreiras de informática integradas no grupo de pessoal técnico superior, designado pelo conselho directivo.

Art. 3.º — 1 — A Direcção de Serviços de Promoção e Apoio ao Sector tem como objectivos a promoção dos produtos vinhos e seus derivados, tanto no mercado interno como no externo, apoiar a constituição e o funcionamento das organizações profissionais e interprofissionais ligadas ao sector vitivinícola, bem como gerir e coordenar as acções atribuídas ao IVV nas suas zonas de actuação.

2 — A Direcção de Serviços de Promoção e Apoio ao Sector compreende as seguintes divisões:

- a) Divisão de Promoção;
- b) Divisão de Apoio ao Sector;
- c) Divisão de Controlo Operacional I;
- d) Divisão de Controlo Operacional II;
- e) Divisão de Controlo Operacional III.

3 — À Divisão de Promoção compete:

- a) Analisar os circuitos dos produtos do sector, com vista à orientação da actividade de promoção;
- b) Assegurar, em colaboração com outras entidades, a concepção, organização e desenvolvimento de campanhas, actividades de promoção e apresentação da qualidade comercial dos produtos nacionais;
- c) Acompanhar e analisar o funcionamento e comportamento dos mercados comunitários e internacionais, propondo, em conformidade, as medidas tendentes a assegurar a boa integração dos produtos nacionais nestes mercados;
- d) Propor medidas de apoio ao sector, tendentes a reforçar a sua competitividade e contribuir para o apuramento qualitativo.

4 — À Divisão de Apoio ao Sector compete:

- a) Apoiar a constituição de associações profissionais e interprofissionais do sector, nomeadamente as comissões vitivinícolas regionais;
- b) Conceber e dinamizar acções de formação quer a funcionários da Administração Pública quer a agentes económicos, vitivinicultores e suas organizações;
- c) Organizar e gerir a biblioteca, arquivo e documentação do IVV.

5 — Às Divisões de Controlo Operacional I, II e III, nas suas zonas de actuação, compete:

- a) Colaborar com a Divisão de Inspecção e Controlos nas funções que lhe estão atribuídas;
- b) Assegurar e coordenar as acções administrativas e técnicas afectas ao IVV;
- c) Efectuar a gestão dos armazéns de modo a garantir as necessidades de armazenagem do IVV e do sector;
- d) Assegurar a gestão administrativa e disciplinar dos laboratórios do IVV;
- e) Assegurar a boa ligação com os agentes económicos, prestando-lhes assistência e apoiando as direcções de serviços na sua ligação com o sector.

6 — As zonas de actuação das Divisões de Controlo Operacional I, II e III serão definidas por deliberação do conselho directivo do IVV, de acordo com as necessidades e os níveis de controlo operacional.

Art. 4.º — 1 — A Direcção de Serviços Vitivinícolas e Controlo de Qualidade tem como objectivos apoiar e controlar a execução da regulamentação relativa às estruturas vitivinícolas, proceder ao registo dos vitivinicultores e outros agentes económicos, bem como a implementação e gestão do Ficheiro Vitivinícola Nacional, assegurar a disciplina dos produtos de origem vinica e verificar a qualidade e legalidade dos produtos vinhos e seus derivados mediante análises físico-químicas e apreciação organoléptica.

2 — A Direcção de Serviços Vitivinícolas e Controlo de Qualidade compreende as seguintes unidades orgânicas:

- a) Divisão do Ficheiro Vitivinícola;
- b) Divisão de Regulamentação e Disciplina;
- c) Divisão de Controlo de Qualidade.

3 — À Divisão do Ficheiro Vitivinícola compete:

- a) Implementar e gerir o ficheiro vitivinícola em colaboração com as diversas entidades competentes;
- b) Estudar e propor as medidas tendentes ao controlo do plantio, do potencial vitícola, bem como à melhoria das respectivas estruturas;
- c) Fazer respeitar em colaboração com as direcções regionais de agricultura a execução do regulamento respeitante ao plantio da vinha e respectivo licenciamento;
- d) A realização e organização do catálogo das castas de videiras e porta-enxertos existentes;
- e) Colaborar no processo de cobrança das taxas referentes à cultura da vinha.

4 — À Divisão de Regulamentação e Disciplina compete:

- a) Zelar pela aplicação das normas relativas à produção, armazenagem, circulação, rotulagem e comercialização dos produtos vinhos em ligação com a Divisão de Inspeção e Controlos e as comissões vitivinícolas regionais (CVR);
- b) Recolher a documentação constante da regulamentação do sector vitivinícola, proceder à sua análise técnica e difundir-la pelas direcções regionais de agricultura e associações profissionais e interprofissionais do sector;
- c) Divulgar as normas relativas à produção, circulação, armazenagem e comercialização dos produtos de origem vinica;
- d) Prestar o apoio técnico e os esclarecimentos necessários aos agentes económicos do sector acerca da documentação e registos obrigatórios;
- e) Proceder, quando for caso disso, à certificação de vinhos de mesa e outros produtos vinhos;
- f) Recolher e tratar os dados estatísticos relativos à sua área de actuação e fornecê-los aos serviços que deles necessitarem.

5 — À Divisão de Controlo de Qualidade compete:

- a) Garantir a gestão do laboratório do IVV;
- b) Efectuar análises aos produtos de origem vinica que lhe sejam presentes em resultado de acções de fiscalização, peritagem ou a título de prestação de serviços;
- c) Elaborar ensaios laboratoriais tendentes à regulamentação destes produtos;
- d) Organizar e gerir o ficheiro dos produtos analisados;
- e) Comunicar quaisquer irregularidades detectadas relativas à genuinidade e composição dos produtos analisados;
- f) Desenvolver, no âmbito da sua actuação, as acções necessárias à melhoria da qualidade dos produtos de origem vinica;
- g) Estudar os métodos de análise dos produtos vinhos e propor a sua adopção oficial;
- h) Investigar novos métodos analíticos em colaboração com outras entidades;

- i) Propor a celebração de protocolos com entidades públicas ou privadas que procedem a investigação, bem como as que necessitem de serviços laboratoriais a prestar pelo IVV;
- j) Promover, em colaboração com a Direcção de Serviços de Promoção e Apoio ao Sector, acções de formação e actualização de conhecimentos de analistas e provadores.

6 — Adstritas à Direcção de Serviços Vitivinícola e Controlo de Qualidade funcionam a Câmara de Provadores e a Junta de Recursos, que se regerão por normas internas emanadas do conselho directivo.

Art. 5.º — 1 — A Direcção de Serviços dos Assuntos Comunitários tem como objectivos apoiar, coordenar e fazer respeitar o normativo comunitário relativo ao sistema de intervenções e saneamento do mercado, bem como assegurar as relações com os órgãos das comunidades europeias e promover os contactos com as organizações internacionais relevantes para o sector.

2 — A Direcção de Serviços dos Assuntos Comunitários compreende as seguintes divisões:

- a) Divisão das Acções Estruturais;
- b) Divisão das Acções Conjunturais.

3 — Compete a ambas as Divisões, no seu âmbito de actuação, o seguinte:

- a) Divulgar as informações relativas ao sistema de intervenções e saneamento do mercado;
- b) Coordenar e orientar a execução das medidas de intervenção facultativas e obrigatórias;
- c) Organizar e instruir os processos relativos às medidas de intervenção facultativas e obrigatórias, bem como os relativos às restituições à exportação e verificar a sua conformidade com o normativo comunitário;
- d) Coordenar e dinamizar a inspecção das instalações dos produtores, destiladores e concentradores de mostos;
- e) Remeter à Direcção de Serviços de Administração os processos em relação aos quais haja necessidade de proceder ao pagamento dos montantes devidos.

Art. 6.º — 1 — A Divisão Jurídica e de Contencioso tem como objectivos o apoio técnico-jurídico aos órgãos e serviços do IVV.

2 — À Divisão Jurídica e de Contencioso compete:

- a) Colaborar na elaboração de projectos de diplomas legislativos para o sector vitivinícola e emitir pareceres sobre a legislação nacional e comunitária;
- b) Prestar apoio técnico-jurídico às negociações relativas à Organização Comum de Mercado do Sector Vitivinícola;
- c) Apoiar a intervenção do IVV nos processos de pré-contencioso e contencioso comunitários;
- d) Dar apoio técnico-jurídico ao desempenho das actividades do IVV, nomeadamente às diligências necessárias à cobrança coerciva das dívidas, à realização de concursos públicos, acordos e protocolos com outras entidades, bem como intervir na instrução de inquéritos, sindicâncias e processos disciplinares;
- e) Exercer o patrocínio judiciário nas acções com intervenção do IVV.

Art. 7.º — 1 — A Divisão de Inspeção e Controlos tem como objectivos o apoio técnico nas áreas de inspeção, controlos e fiscalização, através da realização de auditorias, inquéritos e sindicâncias.

2 — A Divisão de Inspeção e Controlos compete:

- a) Controlar o cumprimento das normas relativas ao sector vitivinícola quer nacionais quer comunitárias;
- b) Fiscalizar a liquidação e cobrança das receitas do IVV respeitantes às taxas a cobrar por serviços prestados, bem como os crimes e contra-ordenações praticados na produção, comercialização e detenção dos produtos vitivinícolas;
- c) Fiscalizar a regularidade das operações financiadas pelo Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA).

CAPÍTULO II

Pessoal

Art. 8.º Os lugares de pessoal dirigente e de chefia do IVV são os constantes do mapa anexo ao presente diploma.

CAPÍTULO III

Disposições finais

Art. 9.º É revogado o Decreto Regulamentar n.º 62/87, de 7 de Dezembro.

Presidência do Conselho de Ministros, 2 de Agosto de 1993.

Aníbal António Cavaco Silva — Jorge Braga de Macedo — Luís António Damásio Capoulas.

Promulgado em 11 de Novembro de 1993.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 12 de Novembro de 1993.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva.*

Mapa anexo a que se refere o artigo 8.º

Número de lugares	Cargo
(a) 1	Presidente do conselho directivo.
(b) 2	Vogais do conselho directivo.
4	Directores de serviços.
13	Chefes de divisão.
2	Chefes de repartição.
6	Chefes de secção.

(a) Equiparado a director-geral, nos termos do Decreto-Lei n.º 102/93, de 2 de Abril.

(b) Equiparado a subdirector-geral, nos termos do Decreto-Lei n.º 102/93, de 2 de Abril.

Despacho Normativo n.º 370/93

Considerando o Regulamento (CEE) n.º 3013/89, do Conselho, que estabelece a Organização Comum de

Mercado do Sector da Carne de Ovino e Caprino, e as alterações que lhe foram introduzidas, no âmbito da Reforma da Política Agrícola Comum, pelo Regulamento (CEE) n.º 2069/92, do Conselho, de 30 de Junho;

Considerando que a reposição dos direitos a prémio aos produtores de ovinos e caprinos, cujos efectivos hajam sido objecto de abate sanitário, será efectuada sem recurso à reserva nacional, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º-A do Regulamento (CEE) n.º 3013/89 e do artigo 3.º do Regulamento (CEE) n.º 3567/92, da Comissão;

Considerando que são criadas uma reserva nacional de 3% a partir da soma dos limites individuais aplicáveis aos produtores e uma reserva adicional de 1%, a partir da soma dos limites individuais das regiões desfavorecidas;

Considerando o Regulamento (CEE) n.º 3567/92, que estabelece as modalidades de aplicação;

Considerando que se torna necessário fixar, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º-B do Regulamento (CEE) n.º 3013/89, alterado pelo Regulamento (CEE) n.º 2069/92, as regras de utilização das reservas nacionais para a concessão dos direitos ao prémio;

Considerando que o Regulamento (CEE) n.º 3013/89, nos termos do artigo 5.º-A, alínea 4, b) e c), permite ao Estado membro:

- a) Prever transferências de direitos;
- b) Fixar a percentagem a transferir para a reserva nacional no caso de transferências de direitos sem transferência de exploração;
- c) Autorizar cessões temporárias;

Determina-se o seguinte:

1 — As reservas nacionais de direitos aos prémios à produção de ovinos e caprinos são utilizadas para conceder direitos aos produtores, preferencialmente de regiões desfavorecidas, conforme definidas na Portaria n.º 377/88, de 11 de Junho, de acordo com as seguintes prioridades:

1.1 — Produtores que tenham apresentado regularmente um pedido de prémio e que não o tenham feito na campanha de comercialização de 1991, até ao limite dos direitos ao prémio atribuído em 1989, ou ainda os que, tendo apresentado candidatura em 1991, não o tenham feito na campanha de 1992 e que não se enquadrem nas circunstâncias referidas no artigo 3.º do Regulamento (CEE) n.º 3567/92 e no n.º 2 do artigo 6.º do Regulamento (CEE) n.º 3007/84, até ao limite dos direitos atribuídos em 1991;

1.2 — Produtores que façam prova bastante de que a aplicação dos limites, em conformidade com o artigo 5.º-A do Regulamento (CEE) n.º 3013/89, compromete a viabilidade das suas explorações, tendo em conta a execução de um programa de investimento no sector ovino e caprino estabelecido no âmbito dos fundos estruturais comunitários e ou nacionais de apoio ao sector e apresentado às autoridades competentes antes de 1 de Janeiro de 1993, até ao limite dos efectivos com direito a prémio previsto no referido programa de investimento e de acordo com a sua realização;

1.3 — Produtores com quota atribuída e que desejam aumentar o seu efectivo de referência;

1.4 — Produtores que se inscrevam pela primeira vez a partir de 1993.